

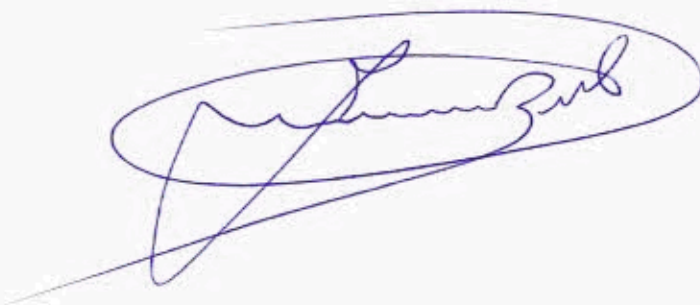
ANEXO  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

*O Contrato de Prestação de Serviços que entre si fazem a INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI) “ADÃO DOS SANTOS AMORIM”, situada no Município de Paranaiguara, Estado de Goiás e o senhor (nome), na forma abaixo (em caso de incapacidade do idoso, declarada judicialmente, indicar o representante legal (Art. 35, § 3º, Lei 10.741/2003).*

**I – DA IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES**

**A) DO CONTRATANTE:** (nome do idoso), (nacionalidade), (estado civil), (aposentado), (cédula de identidade), (Cadastro de Pessoas Físicas), (data de nascimento), que neste ato é representado por (representante legal), (filho/outro), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), (cédula de identidade), (Cadastro de Pessoas Físicas), (data de nascimento), residente e domiciliado na (rua), na (quadra), no (lote), no (setor/bairro), no (Código de Endereçamento Postal), na (Cidade), no (Estado), com o seguinte endereço eletrônico (e-mail), e (telefone fixo) ou (telefone móvel).

**B) DA CONTRATADA:** Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) “Adão dos Santos Amorim”, com sede na Rua Francisco Palazzo, na Quadra 25, nos Lotes 09 e 10, S/N, no Setor Central, no Código de Endereçamento Postal 75.880-000, na Cidade de Paranaiguara, no Estado de Goiás, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o Número 02.056.745/0001-06, e no Conselho Municipal de Assistência Social, com a (inscrição), neste ato representada pelo seu coordenador (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), (cédula de identidade), (Cadastro de Pessoas Físicas), (data de nascimento), residente e domiciliado na (rua), na (quadra), no (lote), no (setor/bairro), no (Código de Endereçamento Postal), na (Cidade), no (Estado), com o seguinte endereço eletrônico (e-mail), e (telefone fixo) ou (telefone móvel).



*As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços, conforme determina o Artigo 35 da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Dispõe sobre o Estatuto do Idoso), que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições dispostas nas normativas descritas no presente.*

## **II – DO OBJETO**

**Cláusula Primeira** – É objeto do presente Contrato a Prestação de Serviços na Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) “Adão dos Santos Amorim”, localizada no Município de Paranaiguara, Estado de Goiás, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem vínculo familiar, em condições de liberdade, dignidade e cidadania, em conformidade com o que estabelece a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

## **III – DOS COMPROMISSOS DAS PARTES**

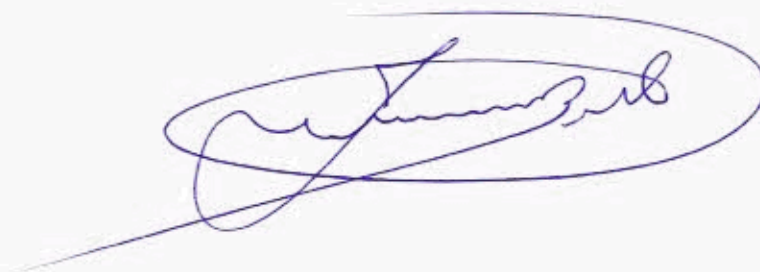
### **A) DO CONTRATANTE – (pessoas idosas)**

**Cláusula Segunda** – É direito do contratante receber atendimento cotidiano de acordo com as normas estabelecidas na Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, além de normas específicas, e das determinações expressas neste Contrato de Prestação de Serviço.

### **B) DA CONTRATADA – (prestadora de serviços)**

**Cláusula Terceira** – Caberá à contratada:

I – Manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades dos idosos atendidos, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob pena da lei, conforme estabelecido no § 3º, do artigo 37, e inciso I, do parágrafo único, do artigo 48, da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003.



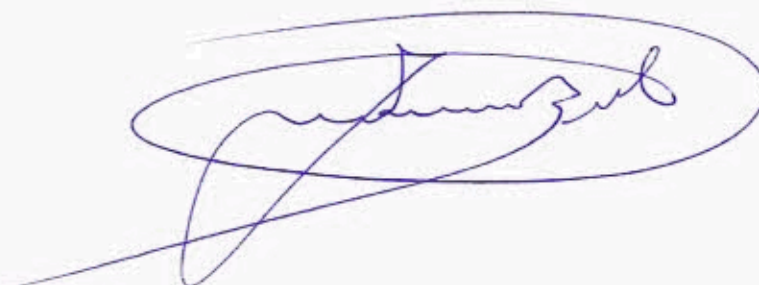


II – Oferecer atendimento de moradia digna adotando os princípios estabelecidos no artigo 49 da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, conforme descritos abaixo:

- A) Preservação dos vínculos familiares;
- B) Atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- C) Manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior;
- D) Participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;
- E) Observância dos direitos e garantias dos idosos;
- F) Preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.

III – Primar pelo pleno cumprimento de suas obrigações segundo o que estabelece o artigo 50 da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, conforme descrito abaixo:

- A) Celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato;
- B) Observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos expressos em lei;
- C) Fornecer alimentação suficiente;
- D) Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade;
- E) Oferecer atendimento personalizado;



- F) Diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares;
- G) Oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas;
- H) Proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso;
- I) Promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer;
- J) Propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
- K) Proceder a estudo social e pessoal de cada caso;
- L) Comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infectocontagiosas;
- M) Providenciar ou solicitar que o Ministério Público Estadual requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei;
- N) Fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos;
- O) Manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;
- P) Comunicar ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares;
- Q) Manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica;



R) Garantir convivência comunitária;

S) Oferecer atendimento psicossocial ao idoso e à sua família;

T) promover articulação com a rede de serviços existentes para atendimento à família do idoso, bem como para garantir seu acesso a serviços especializados;

U) Provisão das necessidades de saúde da pessoa idosa.

#### **IV – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

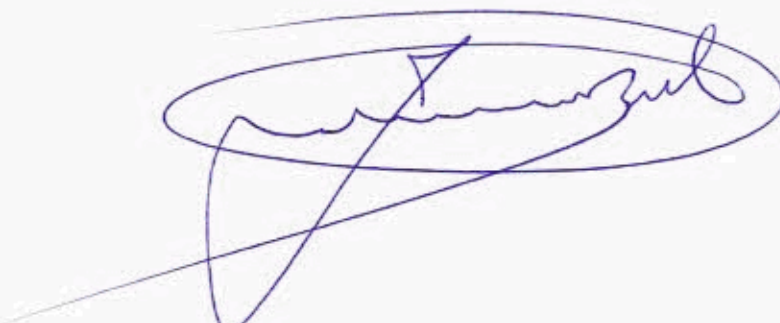
**Cláusula Quarta** – O contratante deverá contribuir mensalmente para o custeio da entidade com valor referente a 70% de seu benefício recebido.

I – O contratante deverá fornecer todas as informações necessárias ao saque ou realizar diretamente o pagamento do valor referido acima em favor da contratada.

II – O saldo do benefício do contratante, não poderá ser inferior a 30% do valor líquido recebido, conforme estabelece o § 2º, do artigo 35, da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, e deverá ser entregue diretamente ao contratante ou representante legal, ou depositado em conta específica de sua titularidade, com a entrega do referido comprovante de depósito ao contratante, sendo assegurado a este o uso que melhor lhe aprouver.

#### **V – DA RESCISÃO**

**Cláusula Quinta** – Poderá o presente instrumento ser rescindido pelo contratante, desde que motivada e mediante aviso por escrito ao Ministério Público Estadual.





**Cláusula Sexta** – A rescisão motivada pela contratada deve ser avisada previamente ao contratante, e encaminhada por escrito para a Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere, se houver necessidade de novo domicílio coletivo para o contratante no prazo mínimo de 30 dias.

**Cláusula Sétima** – Caso seja a contratada quem requeira a rescisão imotivada, deverá devolver a quantia que se refere aos serviços por ele não prestados ao contratante, acrescentado de 2% de taxas administrativas (no caso de haver a contrapartida do idoso).

**Cláusula Oitava** – Caso o contratante já tenha realizado o pagamento pelo serviço, e mesmo assim, requeira a rescisão imotivada do presente contrato, terá o valor da quantia paga devolvido, deduzindo-se de 2% de taxas administrativas (no caso de haver a contrapartida do idoso).

## **VI – DO PRAZO**

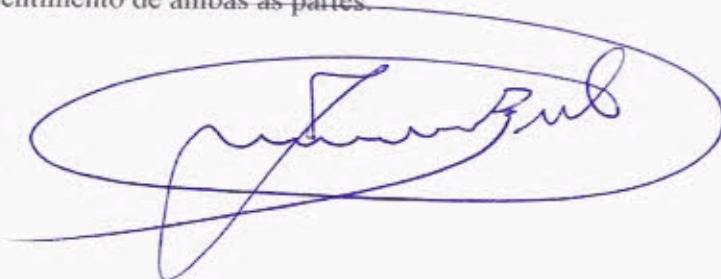
**Cláusula Nona** – O presente Contrato de Prestação de Serviços terá prazo indeterminado de vigência, podendo ser rescindido conforme estabelece o capítulo acima.

## **VII – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**Cláusula Décima** – Fica pactuado entre contratada e contratante a ausência de qualquer tipo de relação de subordinação.

**Cláusula Décima Primeira** – Salvo com a expressa autorização do contratante, não pode a contratada transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer a rescisão imediata.

**Cláusula Décima Segunda** – Qualquer modificação que afete os termos, condições ou especificações do presente Contrato de Prestação de Serviços, deverá ser objeto de alteração por escrito com consentimento de ambas as partes.



## VIII – DO FORO

**Cláusula Décima Terceira** – Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Paranaiguara – Estado de Goiás.

*Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas.*

Cidade de Paranaiguara – Estado de Goiás,  
Aos 18 dias, do mês de agosto do ano de 2021.

---

### CONTRATANTE

Idoso, Curador ou Representante Legal

---

### CONTRATADA

Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)  
“Adão dos Santos Amorim”

---

### TESTEMUNHA

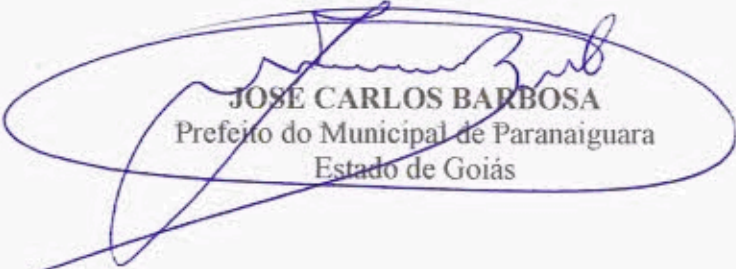
Cadastro de Pessoas Físicas

---

### TESTEMUNHA

Cadastro de Pessoas Físicas

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAIGUARA, Estado de  
Goiás, aos 18 dias do mês de agosto de 2021.



**JOSE CARLOS BARBOSA**  
Prefeito do Municipal de Paranaiguara  
Estado de Goiás